

Pelotas: Fórum dos Agrotóxicos realiza audiência pública

17/09/2015 16:52 camila



[Mesa de autoridades \(/media/atuacaomp/2015/09/39634_650_650_pelot0486.jpg\)](/media/atuacaomp/2015/09/39634_650_650_pelot0486.jpg)

O Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FGCIA) realizou, na tarde desta quarta-feira, 16, audiência pública no município de Pelotas. Foi a segunda realizada pelo Fórum no interior do Estado, com o objetivo de trocar informações, debater e propor encaminhamentos a respeito dos impactos do uso de agrotóxicos na saúde e no meio ambiente. O evento, que aconteceu no auditório da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), contou com público de aproximadamente 350 participantes.

Durante o encontro, especialistas, autoridades e agricultores debateram o tema, expondo malefícios e alternativas e denunciaram situações de abusos na utilização dos produtos químicos.

O Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, Daniel Martini, também Coordenador Adjunto do Fórum, destacou operações conjuntas locais realizadas pelo Ministério Público na área alimentar, de agroquímicos, inclusive com a celebração de convênios, como o firmado com o Laboratório de Análises de Resíduos de Pesticidas (LARP), da Universidade Santa Maria. O acordo permite análise clínica de elementos químicos em alimentos. “Buscamos procurar respostas, junto aos setores envolvidos e junto à comunidade”, explicou o Promotor. “Assim podemos atuar e definir estratégias de atuação e aprimorá-los”.

O Procurador do Trabalho Noedi Rodrigues da Silva, Coordenador do Fórum, destacou a dimensão do problema e a importância da união de esforços dos Ministérios Públicos e parceiros, viabilizados pelo Fórum. “Há múltiplos aspectos não enfrentados até o momento”, explicou. “Há muito investimento no marketing desses produtos, mas não há muitas ações no seu enfrentamento, nem pesquisas que aprofundem a relação de causa e efeito entre agrotóxicos e câncer, por exemplo”.

O Delegado da Polícia Federal Cássio Berg Barcellos falou do contrabando de agrotóxicos compostos por elementos proibidos pela legislação brasileira, que levam à contaminação de solo, alimentos e má-formação de fetos. “O custo mais baixo desses produtos não compensa pelos custos com saúde que eles acarretam”, afirmou.

A Procuradora da República Ana Paula Carvalho de Medeiros resumiu a atuação do MPF a partir das discussões realizadas pelo Fórum. Entre elas, se destaca inquérito civil sobre notificações de intoxicação por agrotóxicos, que devem ser feitas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). O objetivo é incrementar essas notificações, uma vez que se estima que para cada caso notificado existem outros 50 que não o foram. Para tanto, o MPF e o MP/RS estão trabalhando junto aos Conselhos Regionais de Medicina (Cremers) e de Enfermagem (Coren-RS) e com a Secretaria Estadual de Saúde. “A subnotificação faz com que não se tenha uma pesquisa mais aprofundada sobre o impacto destes produtos”.

PALESTRA

A palestra científica da audiência foi proferida pelo Coordenador do Grupo de Trabalho de Agrotóxicos e Transgênicos da Associação Brasileira de Agroecologia, Leonardo Melgarejo. O especialista explicou falsas percepções sobre os agrotóxicos, como a de que pessoas em meio urbano não têm riscos de contaminação, o que é desmentido por estudos, ou que se desintegram no ambiente e que o corpo humano os elimine sem maiores consequências. Os testes liberatórios destes produtos, além disso, levam em consideração apenas contaminações agudas, e não cumulativas, como a maior parte dos casos. Também destacou que a maior parte dos suicídios do País se concentra na zona rural, onde há o uso de agroquímicos fosforados, que atingem o sistema nervoso central. Também falou sobre o protagonismo de Pelotas, sede do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa), no movimento dos produtos orgânicos, inclusive com a efetivação do polígono de exclusão da pulverização aérea na região.

Foi dada a palavra, ainda, a representantes de órgãos públicos, associações civis, Universidades, movimentos sindicais e sociais organizados. Os principais pontos destacados foram a contaminação de áreas produtivas orgânicas por meio da pulverização aérea de vizinhos, de lençóis freáticos, necessidade de ferramentas de recebimento de denúncias, riscos à saúde e intoxicações em decorrência do uso destes produtos, dificuldade na obtenção de dados sobre agrotóxicos comercializados, utilização de transgênicos na produção de alimentos como milho e soja, entre outros.

Por fim, ficou deliberado que será proposta a criação de uma comissão de educação, um dos temas levantados pelos participantes, e de um link no site do Fórum para encaminhamento de denúncias para serem distribuídas aos órgãos competentes.

“Saímos daqui com a sensação de que esta audiência foi um modelo a ser seguido. O nível das intervenções foi altíssimo, surgiram ideias importantes, as quais vamos analisar para colocar em prática no futuro. O debate é a principal forma de avançarmos a respeito deste assunto que tanto preocupa a sociedade”, avaliou Daniel Martini ao final do evento.

A próxima audiência pública do Fórum será em Caxias do Sul, no dia 4 de novembro.



Daniel Martini representou o MP Estadual no Fórum

(/media/atuacaomp/2015/09/39634_650_650__pelot478.jpg)



Leonardo Melgarejo (E) foi o palestrante técnico da reunião

(/media/atuacaomp/2015/09/39634_650_650_okpelotas00.jpg)



Participante da Audiência mostrando abelhas mortas por contaminação por agrotóxicos

(/media/atuacaomp/2015/09/39634_650_650__okpelo0016.jpg)



Mais de 350 pessoas participaram do evento

(/media/atuacaomp/2015/09/39634_650_650__okpelotas038.jpg)